



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS
68ª REUNIÃO ORDINÁRIA

1
2 A sexagésima oitava reunião ordinária do Conselho de Recursos Hídricos teve lugar no auditório da
3 CORSAN, rua Caldas Júnior, número cento e vinte, décimo oitavo andar, Porto Alegre-RS, no dia
4 vinte e quatro de outubro do ano de dois mil e doze, às quatorze horas e trinta minutos.
5 **Compareceram** os conselheiros: Helio Corbellini, Secretário de Estado - SEMA – Presidência;
6 representante; Joel Lubianca, Secretaria dos Transportes – SEINFRA - representante; Margarete
7 Vasata, Secretaria do Planejamento – SEPLAG – representante; Julce Clara da Silva, Secretaria da
8 Saúde – representante; Marco Aurélio Franceschi, SEDAI – SDPI – representante; Luciane Sant’Anna
9 Peralta, Casa Civil – representante; Teresinha Guerra, Comitê Lago Guaíba – titular; Renato Zenker,
10 Comitê Camaquã – titular; Daniel Schmitz, Comitê Taquari-Antas – titular; Ivo Mello, Comitê Ibicui –
11 suplente; Paulo Robinson da Silva Samuel, Comitê Gravataí – suplente e Adilson Steffen, Comitê
12 Turvo – Sto Cristo - Santa Rosa. **Ausentes:** Secretaria da Agricultura – SEAPA; SEMC – SEINFRA e
13 Sistema Nacional de Recursos Hídricos. **Ausência Justificada:** Secretaria de Obras – SOP;
14 Secretaria da Ciência e Tecnologia – SCIT; Sistema Nacional de Meio Ambiente e Comitê Ijuí.
15 **Demais:** Tânia Zoppas, Comitê Caí, Eduardo Leão Freitas, Secretaria de Desenvolvimento Rural,
16 Pesca e Cooperativismo - SDR; Arno Kaiser, Comitê Sinos; Mario Rangel, Comitê Gravataí; Ricardo
17 Diel, AAFISE – Viamão; Eldo F. Costa e Roberto D. Carvalho, Comitê Santa Maria; Ada Piccoli,
18 Comitê Gravataí; Reginaldo José D. Rodrigues, Secretaria da Saúde; Julio Salecker, Comitê Pardo;
19 José T. F. Coelho, SMAM - Alvorada – RS; Luciano Cardona, Paulo Germano, Fátima Warth, Ricardo
20 Almeida, CORSAN; Josiane Gomes, ENGEPLUS; Diego Carrillo, FEPAM; Diego B. Loch e Lourenço
21 Corrêa, DRH/SEMA; Ana Lúcia M. Rodrigues, FEPAM; Cláucia Kapper, Comitê Turvo – Santa Rosa –
22 Santo Cristo; Grazeleu G Aragonês, Comitê Gravataí; Letícia Costa, BOURSCHEID; Verushka G.
23 Xavier, Comitê Pardo; Rafael Erling, DRH-SEMA; Carmem Lúcia S. da Silva; Patrícia Cardoso e
24 Margarete W. Bremm, Secretaria Executiva do CRH/RS. **Presidente Helio Corbellini** saudou a todos
25 e abriu a reunião. **Secretária Executiva Adjunta Carmem Silva - Comunicações:** Leu a justificativa
26 de ausência do Ibama - Sistema Nacional do Meio Ambiente; Secretaria da Ciência e Tecnologia,
27 Secretaria de Obras e do Comitê Ijuí. Temos o processo do Comitê Apuaê-Inhandava que foi
28 aprovado na reunião passada, os técnicos tiveram um problema na hora de montar a resolução e por
29 isso gostaríamos de submeter ao conselho antes de publicar. O trabalho que foi feito lá ficou a
30 desejar e não se enquadra na nova resolução do Conama. É um documento só pra justificar o que foi
31 aprovado, porque o Sérgio pediu que ficasse registrado. Pedimos se vocês concordam que se inclua
32 na pauta. Aprovado a inclusão. **Secretária Executiva Adjunta Carmem Silva** desculpou-se por ter
33 esquecido que o Diretor da Corsan queria fazer falar na abertura da reunião, mas no momento ele
34 estava ocupado e já viria. **Ordem do dia – Item 01 - Aprovação da Ata 67ª e Ata 19ª do CRH –**
35 **Recebemos o pedido de alteração da Ata da 67ª, na linha 622, a Verushka do Comitê Pardo apontou**
36 **a data que consta da reunião da CTPA foi em 15 de agosto e não 15 de outubro como estava escrito.**
37 **O Lenison também apontou na linha 150, mas nós escutamos novamente e realmente está escrito**
38 **“Rio da Prata” e “mundiais”. Na linha 524 corrigimos, onde consta “poder” o correto é “pode”. Diretor**
39 **de Expansão da Corsan, Luiz Fernando Jochims,** desculpou-se pelo atraso, deu as boas-vindas e
40 desejou um bom trabalho a todos. **Presidente Helio Corbellini** colocou em aprovação a ata da 67ª
41 do CRH, com as alterações sugeridas, e a ata da 19ª Extraordinária do CRH sem alterações.
42 Aprovadas por unanimidade. **Item 02 – Parecer Jurídico sobre a Diretoria dos Comitês –**
43 **Presidente Helio Corbellini** - Esse assunto tem que ser discutido com os Comitês, vai haver muita
44 polêmica, há divergências conceituais, há vários fenômenos e relações da sociedade, vai ter
45 discussão entre os senhores. Então, até que se chegue a uma conclusão exata, peço que esse item
46 seja retirado de pauta. Todos concordaram. **Item 03 – Expediente Administrativo Nº 010350-**
47 **0500/12-7 – Metas Intermediárias do Enquadramento das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio**
48 **Gravataí – Maurício Colombo** – O processo de enquadramento do rio Gravataí demorou um tempo.
49 O Comitê Gravataí tem 22 anos, há mais ou menos oito anos, se iniciou o processo do termo de
50 referência, nos últimos quatro anos, as licitações do plano e isso terminou agora em julho de 2012. É
51 o primeiro plano de bacia completo do Estado do Rio Grande do Sul, inclusive com simulação de
52 cobrança, com valores e fórmulas. Esse processo foi muito interessante, fizemos dezenove reuniões
53 com a participação total da sociedade; o comitê se reúne semanalmente, foram quatro audiências
54 públicas, fora as preparatórias. A participação da sociedade e dos membros do comitê foi muito
55 intensa. Isso para o Gravataí e para o Sistema de Recursos Hídricos do Rio Grande do Sul é um
56 marco, porque sempre estivemos na frente do resto do Brasil e por “n” razões andamos um
57 pouquinho pra trás. A gente acredita que com a conclusão desse plano e com essas metas
58 intermediárias que vão ser apresentadas hoje aqui, como o enquadramento já tinha sido feito em



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS

1998, as metas intermediárias foram acordadas e depois de longas discussões se chegou a um acordo. Eu acredito que isso vai servir de modelo ou de exemplo pra muitos comitês de bacia do Estado do Rio Grande Sul e o esforço que foi feito pela direção, membros do comitê e pelas plenárias, juntamente com esforço que a empresa, Bourscheid, fez com os parques recursos que foram alocados. Talvez não tenha sido o ideal, o ótimo, mas foi o bom, foi o que se conseguiu fazer. Incluo aqui a participação do Rafael do DRH e o Diego da FEPAM, nessa colaboração. Então pra nós, não falo como Presidente e nem como Vice-Presidente que está aqui, mas significativo pra todos nós, principalmente pros membros do comitê, que são pessoas que ao longo do tempo tinham como meta estabelecer o plano de bacia e os seus planos de ações. E quase no final desse processo se descobriu uma coisa, isso serve de alerta para os outros comitês, o trabalho realmente vai começar agora, a encrenca que a gente se meteu é muito grande, os planos de ações foram aprovados, é muito trabalho mesmo e a Metroplan participou da comissão. Então é muito trabalho que a partir da conclusão do plano quando a gente acha que termina o plano, terminou, não! Aí que vai começar a função toda que é caminhar, pedaço a pedaço, local em local, buscar as parcerias e é uma coisa assim de outro mundo. **Sidnei Agra – consultor** - é uma satisfação falar novamente nesse conselho, hoje em nome da Bourscheid Engenharia, que foi a empresa contratada para fazer a elaboração dos estudos do processo de planejamento da bacia do Gravataí. Os trabalhos foram gerenciados pela Engenheira Florestal Rozane Nogueira, hoje ela está em viagem fora do Estado, por isso não está aqui e me acompanha hoje a Letícia, bióloga da Bourscheid, que foi a grande carregadora do piano, no dia a dia, na interação com o comitê. A ideia hoje é fazer uma apresentação ao plenário do CRH para apresentação da minuta de resolução de enquadramento das metas intermediárias de vazão de referência para aquela proposta de enquadramento que já existia em aprovação no Gravataí. Pra que fique bem claro, a bacia foi dividida em quatro grandes sub bacias, uma no trecho alto, na jusante do banhado, outra ainda no trecho alto, nos formadores do banhado pelas duas partes, na sequência o trecho médio, o mais extenso de todos, que pega o trecho de Gravataí e Cachoeirinha de um lado, Viamão e Alvorada do outro e finalmente o trecho baixo, mais fiscalizado, mais regulamentado, com maior problema de qualidade de água; pela margem esquerda Alvorada e Porto Alegre, pela margem direita Cachoeirinha e Canoas daquela zona na ponte da BR 116. Essa foi a divisão da bacia em unidades menores, essas sub bacias são importantes porque toda proposta de enquadramento foi construída a partir desses trechos. O enquadramento propriamente dito das águas da Bacia do Gravataí já estava estabelecido. Foi estabelecido em 1998 e após uma longa jornada de discussões foi estabelecido então por uma portaria da Secretaria Estadual de Saúde e Meio Ambiente, no tempo que a FEPAM era vinculada a Secretaria da Saúde, com base na Resolução nº. 20 de 1986, que regia o enquadramento naquela época. Em 2009, após uma primeira rodada de trabalhos de enquadramento, já após a Resolução nº. 357 do CONAMA, que atualmente disciplina o processo de elaboração do enquadramento, junto com a Resolução nº. 91 do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, neste tempo existe o enquadramento do Lago, do Pardo, do Tramandaí e do Caí. O CRH, conforme prevêem essas resoluções, estava regulamentando esses processos de enquadramento mais recentes e aí lembraram que aquela portaria do Gravataí talvez pudesse ser transformada numa resolução do Conselho. O Comitê foi consultado, ratificou a proposta de enquadramento que havia sido elaborada em 1998 e então este conselho aprovou ou ratificou o enquadramento do Gravataí, através da Resolução nº. 58 de 2009. Esse enquadramento prevê um trecho na área do Banhado Grande de águas classificadas como classe especial, um trecho de montante do trecho alto e um trecho de jusante até a foz do Arroio Demétrio, classificado com classe um e finalmente o trecho da foz, aquele de maior pressão enquadrado em classe dois. Aqui está ilustrando o Lago Guaíba, aqui as nascentes do Gravataí, o primeiro trecho em classe um, a área do banhado em classe especial. O segundo trecho, a jusante do banhado também em classe um, nessa divisa que é a foz do Arroio Demétrio, que drena parte do Gravataí e o trecho final então em classe dois. Esse é o enquadramento do Rio Gravataí estabelecido em 1998, pela portaria da Secretária de Saúde e posteriormente pela resolução do CRH. Não foi discutido no âmbito do plano, o plano partiu desse enquadramento como um dado para construir as metas intermediárias, pra ser mais fácil chegar no enquadramento, não estava em discussão no âmbito do trabalho recentemente realizado. O trabalho começou nos primórdios de 2001; aqui tem o conjunto das 12 reuniões realizadas com a plenária do Comitê Gravataí, ao longo do ano de 2011. Foram reuniões mensais, e em todas as que estão grifadas em vermelho houve votação, houve aprovação de algum elemento relativo à proposta e a construção do plano como um todo, íamos ao comitê, mostrávamos os levantamentos dos trabalhos, os resultados parciais e em agosto o diagnóstico foi aprovado pela plenária do Comitê. Começamos o segundo processo discutindo as metas intermediárias de enquadramento aprovadas em outubro de



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS

117 2011. Virando a página vamos para 2012, trabalho que foi desenvolvido até julho quando aconteceu a
118 reunião da plenária final de aprovação do programa de ações, nesse meio caminho também tivemos
119 reuniões para discutir a proposta da cobrança e a vazão de referência para ser usada pro
120 licenciamento ambiental e para o enquadramento. De novo o mesmo conceito, as reuniões em
121 vermelho foram reuniões deliberativas, em preto foram reuniões de acompanhamento. Isso aqui já
122 deu um grande trabalho; em abril chegamos a ter duas reuniões da plenária do Comitê com uma
123 extraordinária aqui na Corsan, pra tratar da questão da cobrança. Em 2011 foram doze reuniões e
124 mais oito em 2012, totalizando vinte reuniões da plenária do comitê durante o processo de
125 andamento desses trabalhos. Além das reuniões do plenário aconteceram as reuniões públicas.
126 Houve uma rodada inicial entre setembro e outubro de 2011, onde se discutiam as metas
127 intermediárias de enquadramento. Foram feitas quatro reuniões temáticas em separado, uma com o
128 saneamento e gestão urbana, outra com a produção rural, outra com a indústria e outra com a
129 população. Após essas quatro reuniões, a decisão foi tomada em outubro de 2011 pela plenária do
130 Comitê Gravataí. Entre dezembro de 2011 e janeiro de 2012, essa é uma particularidade interessante
131 do Comitê Gravataí, é uma das raras exceções no Estado, um comitê que trabalha no verão, não faz
132 férias todos os meses do verão, pelo contrário, fez reunião pública e reuniões bem participadas onde
133 discutimos as propostas por setores para o programa de ações. E finalmente em abril e maio de 2012
134 fizemos as reuniões públicas para discussão do programa de ação; essas reuniões foram em Santo
135 Antônio da Patrulha, Viamão, Gravataí e Porto Alegre, fechando o processo de discussão pública.
136 Foram vinte reuniões da plenária do comitê, mais onze públicas, num total de trinta e uma reuniões
137 em dezoito meses de trabalho, sem falar das reuniões da comissão de acompanhamento que era
138 formada pelo contratante, o DRH, representado pelo Rafael Erling, pela FEPAM, representada pelo
139 Diego Carrillo, e pela Metroplan, representada pela Ada Piccoli, na época exercendo a função de
140 Agência, no âmbito do convênio SEMA-Metroplan e pelo Comitê, representado pelo Presidente Paulo
141 e pelo Vice Maurício. Previamente a todas reunião do plenário havia uma da reunião da comissão de
142 acompanhamento. Então o nosso trabalho se propõe descobrir a partir dos estudos existentes qual a
143 situação atual da qualidade de água. Usamos os dados da FEPAM a partir de 1992 a 2010 para
144 oxigênio dissolvido, DBO e coliformes; classificamos isso a conforme a Resolução nº. 357 que
145 regulamenta o enquadramento. Fizemos campanhas adicionais com quatro tributárias: eles não foram
146 enquadrados, mas é importante conhecer o aporte do Gravataí que são o Fiúza, Barnabé, Demétrio e
147 Arroio Grande. E essa é a situação atual do Rio Gravataí: primeiro trecho classificado em classe dois,
148 o Banhado com classe dois; o trecho médio em classe três e o Baixo Gravataí sendo muito generoso,
149 em classe quatro; na verdade ele é pior do que classe quatro, porque o parâmetro de oxigênio
150 dissolvido não respeita o valor de referência da classe quatro, ele não tem oxigênio. Vejam, estamos
151 aqui e queremos chegar aqui, esse é o enquadramento, o objetivo de longo prazo, ao qual não há
152 necessariamente um horizonte temporal associado. O trabalho foi definir metas intermediárias que
153 fizessem que saíssemos da condição atual e chegássemos à condição de enquadramento. Foram
154 propostos após as discussões três horizontes temporais, dez, quinze e vinte anos. A proposta original
155 era cinco, dez e quinze, mas a situação é tão grave que se percebeu que em cinco anos pouca coisa
156 ia acontecer, embora muita obra esteja em fase final ainda, tanto da Corsan como do Dmae, mas
157 ainda não seria suficiente para alterar classes; de um modo que então foi discutido com a sociedade,
158 nas reuniões temáticas e nas da plenária do comitê essas metas aqui. Pra dez anos se mantem a
159 classe quatro no trecho baixo, mantem a classe dois no Banhado e no trecho alto e no trecho médio
160 já melhora a situação de classe três pra classe dois. Com as obras que estão em andamento é
161 possível dar esse salto, na verdade já estamos bem perto dessa situação até Gravataí, depois de
162 Gravataí que a situação começa a ficar um pouco mais complicada. A meta de quinze anos ainda
163 mantem a classe quatro no trecho baixo, segue a classe dois, melhora a área do banhado pra classe
164 um e mantem a classe dois lá no trecho alto. E finalmente a meta de vinte anos é um pouco ousada
165 de alcançar a classe três no trecho baixo. Desse modo a meta de vinte anos é estar uma classe
166 abaixo do enquadramento em todos os trechos, vejam onde é classe um a meta de vinte anos é
167 classe dois, onde está especial e meta de vinte anos é classe um, onde está classe um a meta é
168 classe dois e onde está classe dois a meta é classe três. Lembrando que o trecho médio e o trecho
169 baixo, que é urbanizado, é de difícil alcance dessas metas, não vai ser tão fácil assim alcançar
170 pelas próprias limitações de água para diluição, de tanta carga que chega nesse trecho, mesmo
171 tratada, conforme simulações que fizemos. Aqui está o quadro com a mesma informação, só que está
172 formatado conforme a minuta da resolução. Houve uma discussão sobre a vazão de referência, a
173 Resolução nº 357 estabelece o que deve ser dito em que condições de quantidade aqueles padrões
174 de qualidade vão se verificar. A própria Resolução Consema nº 128 disciplina os padrões de



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS

175 efluentes para lançamento de efluentes líquidos, também menciona uma vazão de referência para os
176 cálculos de diluição. Desse modo, se entende que essas duas vazões de referência são equivalentes
177 e foram elas que foram discutidas. Não se discutiu no âmbito do plano a vazão de referência para
178 outorga, o DRH tem uma vazão que vem sendo usada para outorga e também não se discutiu vazões
179 remanescentes, ou vazões ecológicas, entendendo que essas vazões de enquadramento e
180 licenciamento não vinculam aquelas, são outras vazões de referência. O que estamos fazendo aqui é
181 estabelecer uma vazão de referência pra avaliação qualitativa nas águas da bacia do Gravataí e a
182 vazão aprovada foi a Q85, após um conjunto de discussões, várias simulações de cenário com várias
183 vazões de referência a plenária do comitê chegou a essa vazão com oitenta e cinco por cento de
184 permanência, ou seja, uma vazão com oitenta e cinco por cento de garantia, digamos assim, em
185 quinze por cento do tempo a vazão do rio é menor do que essa. É um valor um pouco mais alto do
186 que o usual, temos comitês em Q90 ou Q95, vazão de referência para enquadramento e lançamento
187 de efluentes. A situação do Gravataí é tão complicada que exige que a vazão de referência seja um
188 pouco mais alta, devido a quantidade de carga que é lançada nele. Temos aqui os padrões por trecho
189 de qual é a vazão de referência para o enquadramento e pro licenciamento ambiental conforme a
190 proposta do comitê que está em discussão no conselho agora. Aqui temos alguns condicionantes que
191 estão no corpo da minuta de resolução, a validade desse enquadramento é apenas para aqueles
192 cursos d'água, os formadores do Gravataí, o Banhado Grande e a própria calha do Gravataí, outros
193 afluentes não foram enquadrados. É preciso se investir um pouco mais na rede de monitoramento,
194 para que se possa aferir a efetividade desse enquadramento e das metas. É preciso que haja
195 monitoramento em pontos notáveis, esses pontos estão propostos num plano de ação, para que
196 vocês saibam, se aquele trecho alcançou ou não a meta, isso são condições da própria Resolução nº
197 357 e fica uma proposta de revisão de enquadramento daqui há cinco anos, ainda que a primeira
198 meta seja só daqui há dez anos, se entendeu por interessante manter a revisão daqui há cinco anos,
199 porque o próprio enquadramento do Gravataí, em função daquela classe dois na foz e também em
200 função da classe um no trecho anterior, talvez seja merecedor de uma avaliação um pouco mais
201 criteriosa e o próprio comitê vem se comprometendo a fazer esta revisão, tão logo tivesse o plano
202 elaborado e começasse a implementar. O importante é entender a partir de agora o enquadramento
203 da bacia do Gravataí como efetivo orientador do processo de licenciamento ambiental. Atualmente a
204 Fepam tem um dispositivo que suspende o licenciamento ambiental na bacia do Gravataí, está
205 suspenso qualquer licenciamento com lançamento de efluentes líquidos, por não haver plano de
206 bacia, não haver vazão de referência estabelecida e também não haver regras intermediárias de
207 enquadramento estabelecidas. Ou seja, esse trabalho supriu essas três lacunas e a partir de agora se
208 entende que a Fepam poderia retomar os processos de licenciamento, com base na Resolução nº
209 128 do Consema. Só para vocês terem uma ideia de como vamos chegar lá, foi feito um plano com
210 quatro grandes componentes, um é de gestão de recursos hídricos com as ações de instrumentos,
211 estudos complementares, o monitoramento e termos de referência e ações de conservação; um
212 segundo componente que atua sobre a demanda, com uso eficiente, incentivo pós prático de controle
213 de cargas poluidoras, que acabou sendo uma das ações mais caras do plano; ações de aumento de
214 disponibilidade hídrica com regularização, transposição de bacia e estudos para viabilidade da
215 barragem da bacia do Gravataí e educação e complementação a contento em todos os planos e tudo
216 isso amarrado com um arranjo institucional. Só pra vocês terem uma ideia, o orçamento disso era
217 setenta e quatro milhões de reais em quatro anos, sessenta milhões são saneamento nos primeiros
218 quatro anos. Essas ações estão praticamente todas elas em andamento e nos faltam quatorze
219 milhões em quatro anos. A simulação de cobrança feita na bacia previa uma receita de três milhões e
220 meio de reais, que em quatro anos faria frente aos quatorze milhões, ou seja, as de saneamento
221 ficam a cargo do setor de saneamento e a cobrança poderia pagar a conta da gestão ambiental, da
222 conservação, enfim das outras ações. Claro que na simulação tem suas limitações, pelo que se
223 conhece do universo, mas o importante é entender que o plano elaborado é um plano realista, que
224 pode sim ser implementado e há sim recursos financeiros previstos no próprio sistema, desde que o
225 sistema se implante como um todo. Aqui pra vocês terem uma ideia, oitenta por cento do orçamento
226 está no componente dois, aquela das ações sobre de saneamento; há componente três que aparece
227 aqui só com nove por cento, na verdade é porque aquelas obras que estão mencionadas no plano
228 ainda não são as obras propriamente ditas, mas sim, estudos de viabilidade e projeto das obras e
229 claro que se fosse a obra o orçamento seria mais caro, mas como frisamos um horizonte de quatro
230 anos, o que entrou ali foram estudos e projetos. Aqui temos um cronograma e os dados, há um
231 ensaio do plano, com relatórios em Power Point, que podem ser baixadas e os contatos da
232 Bourscheid, do comitê e do DRH que era o contratante. **Paulo Samuel, presidente do Comitê**



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS

233 **Gravataí:** boa tarde a todos e primeiro eu queria comunicar que o comitê mudou de endereço,
234 permanecemos na Metroplan e esta mudou de endereço; agora é na rua vinte quatro de outubro, nº
235 388. Como vocês podem ter visto, o plano foi construído durante esses dezoito meses, passando
236 todas as informações e deliberações pela plenária e em julho nós fechamos o plano de uma forma
237 tranquila, porque as discussões e os debates foram feitos e todas as dúvidas sanadas. Esse plano
238 traz pra região uma nova visão de desenvolvimento, um desenvolvimento não a qualquer custo, mas
239 um plano que vai reger o desenvolvimento da região, um desenvolvimento que em muitas regiões
240 acontece sem um balizamento e aqui na nossa, embora sendo o primeiro plano completo do estado,
241 o que nos dá muito orgulho de estar a frente desse processo, porque o comitê já tem vinte e três anos
242 e já tem um certa história. A vida fez com que nós estivéssemos a frente desse processo e eu
243 gostaria de destacar nesses vinte e três anos as plenárias que participaram desse comitê, foram seis
244 os presidentes que me antecederam: Cláudio Dilda, José Mota, Darci Campani e Isaac Zilberman.
245 Temos dois ex-presidentes aqui: Sérgio Cardoso e o Maurício Colombo. Foi um esforço de todos
246 esses, nesses vinte e três anos e eu não podia deixar de ressaltar nominalmente os ex-presidentes e
247 a nossa secretária executiva Ada Piccoli muito nos honra. A Margareth Vasata também foi secretária
248 executiva do nosso comitê. Então a gente trouxe um pouco assim da história do comitê, a gente vem
249 trazer, a aprovação desse plano, foi passado pela plenária, foi aprovado. O Mário hoje nosso vice-
250 presidente aqui da casa e a gente tem dito lá no comitê que o mais tranquilo foi fazer o plano, daqui
251 pra frente que o trabalho é árduo. E dentro dessa casa aqui como vocês podem ter visto, lá quase
252 oitenta por cento dos valores a serem aplicados na nossa região, vai depender daqui, dentro dessa
253 casa. O Presidente Arnaldo Dutra já sabe, nós conversamos com ele, então estamos esperando
254 aprovação das metas aqui pra depois colocarmos o plano, conversar com ele e dizer: Presidente nós
255 temos aqui o plano para lhe entregar e aí os encaminhamentos para chegarmos às metas que a
256 plenária do comitê decidir. **Daniel Schmitz:** Eu gostaria de parabenizar o Comitê Gravataí e a todos
257 os membros do Sistema e Estadual de Recursos Hídricos pelo momento ímpar que estamos vivendo.
258 Não é simplesmente uma aprovação de um plano que tem etapa A, B e C, é um novo passo no
259 processo de planejamento e gestão das águas no Rio Grande do Sul. Isso tem que ficar muito bem
260 marcado e registrado, porque seria simples demais nós simplesmente votar isso, temos que enfatizar
261 esse momento de construção vislumbrado por outras bacias hidrográficas, que tem a carga muito
262 grande de continuar os seus planos de bacia. Aqueles que vão começar vejam bem a tarefa que
263 representa pra sociedade e essa interlocução com o Governo, usuários da água e representantes da
264 população, culminando nesse momento. Então gostaria de deixar o meu registro, parabenizar ao
265 Comitê Gravataí, parabenizar o Sistema de Recursos Hídricos, a própria Sema, sobre a condução
266 desse processo de gestão participativa e descentralizada desse bem público que é a água no Rio
267 Grande do Sul. **Mário Rangel:** boa tarde a todos, sou vice-presidente do Comitê Gravataí e
268 representante no comitê dos usuários da Corsan, a qual pertença, e a gente viu que da maior parte
269 dos investimentos listados no plano a Corsan vai ter o compromisso de arcar com praticamente
270 oitenta por cento desse valor em obras. Muitas dessas obras já estão em andamento, a Corsan
271 participa em todos os comitês e sempre com a preocupação de levar o saneamento e ajudar o comitê
272 a gerir essas demandas de desenvolvimento mais justo, quanto a recursos hídricos. Então, como o
273 Daniel colocou, é um marco muito importante, não é simplesmente uma aprovação, mas sim o
274 pontapé inicial pra que a gente consiga levar todos os planos de bacia e que tenhamos um sistema
275 forte, funcionando, pra que todo Estado consiga preservar esse bem que é muito caro pra nós.
276 **Presidente Helio Corbellini** colocou em aprovação o Plano de Bacia, aprovado por unanimidade.
277 **Item 04 – Expediente Administrativo Nº. 0011408-0500/12-5 – Enquadramento das Águas da**
278 **Bacia Hidrográfica dos Rios Turvo – Santa Rosa – Santo Cristo: Cláudia Kapper:** boa tarde
279 secretário, boa tarde a todos. Eu estava como presidente durante o plano, agora a presidência
280 passou para nosso colega, também da Corsan, Adilson Steffen. Nosso plano começou em dezembro
281 de 2010 e terminou agora em julho de 2012, então foram dezenove meses de uma caminhada
282 bastante árdua e corrida pra nossa bacia hidrográfica, aonde buscamos envolver principalmente o
283 poder público nessa discussão do nosso plano de bacia. Esteve junto com nós, o Tiago do DRH da
284 SEMA, a Ana da Fepam e a Josiane da Engeplus Engenharia. Como a responsabilidade do comitê é
285 justamente a mobilização social, então nós fomos a cata mesmo desse povo para participar do nosso
286 plano de bacia, para que o resultado contemplasse a maioria dos usos e das prioridades do uso da
287 comunidade. Durante o diagnóstico foi um período de muita discussão, o pessoal do DRH e da
288 Fepam teve um trabalho com nós, mas eles insistiram muito, muito mesmo para que nós, tanto da
289 direção, quanto os membros do comitê entendéssemos aquelas fórmulas, aquelas informações
290 técnicas, que até aquele momento a gente não tinha essa discussão dentro do nosso comitê. Foi um



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS

291 momento de bastante leitura, de aprendizado e a gente conseguiu esse entendimento graças ao DRH
292 e a Ana da Fepam e quero deixar registrado que não teve como não passar um bocado conosco.
293 Fizemos cinco consultas públicas aonde até que pode ter o entendimento de trezentos, quase
294 quatrocentos participantes; não foram muitos, mas pra nossa população e principalmente o público
295 alvo que a gente buscou participar dessas consultas públicas, que era o poder público, esse se fez
296 presente e todas as categorias dos usuários da água também se fizeram presentes. Então, o
297 resultado do nosso processo de enquadramento foi ratificado pelos membros do comitê, ratificando
298 qual é o uso que a comunidade quer pra bacia hidrográfica. Isso foi ratificado numa votação que
299 depois vai ser apresentada a metodologia hoje pela Josiane. Esse processo de planejamento foi um
300 momento de aprendizado, tanto para os membros do comitê, quanto pra comunidade da bacia,
301 porque ela foi chamada pra participar justamente desta gestão de interagir com os representantes do
302 comitê nessa busca de dizer o que nós queremos e fazer um olhar diferente pra nossa água. E
303 usando agora as palavras do Tiago, o processo de planejamento está em constante construção e já
304 buscamos garantir no orçamento o início pra 2013 da fase C, que nós fizemos somente a Fase A e B,
305 então provavelmente em 2013 vai acontecer o início da fase C. Nós temos como grande desafio,
306 agora pra essa nova diretoria, é fazer que realmente esse instrumento de planejamento, esse
307 enquadramento, seja reconhecido pela nossa comunidade como um instrumento para embasar as
308 decisões que possam afetar a qualidade ou então a quantidade do uso do recurso hídrico que nós
309 temos. Isso é o principal desafio que nós temos e vocês vão ver agora na apresentação da Josiane,
310 foi um trabalho que foi realizado e a gente entende que foi a contento, porque principalmente o poder
311 público esteve participando, todas as categorias de uso se fizeram presentes e trazemos aqui para
312 apreciação e de preferência aprovação dos conselheiros. **Josiane Fialho Gomes – Engenheira da**
313 **Engeplus:** Boa tarde a todos, sou a representante da Engeplus que conduziu os trabalhos. Nós
314 fizemos a revisão do diagnóstico e a elaboração da etapa B, que seria o enquadramento. O processo
315 em termos totais foi no prazo de cerca de vinte meses, começando no final de dezembro de 2010 e a
316 conclusão em termos legais foi nos primeiros dias do mês de agosto de 2012. O total foi composto
317 pela Sema, pelo DRH, pelo próprio comitê e com acompanhamento da Engeplus. As fases foram
318 etapas A e B, a fase C seria uma próxima etapa que o comitê almeja. As etapas do processo foram
319 compostas pelas atividades preliminares, o diagnóstico, o enquadramento e a fase final. A etapa A foi
320 cerca de um ano após o início, que foi realizada uma revisão do diagnóstico, porque já se tinha um
321 diagnóstico elaborado. A etapa B foi cerca de sete meses concluída depois da etapa A e cerca de um
322 mês depois foi feita a fase final. As atividades preliminares foram compostas de uma apresentação do
323 plano de trabalho consolidado, que em março de 2011 foi apresentado em Santa Rosa, onde
324 estavam as variáveis do estudo das unidades de planejamento e gestão, para que após isso já
325 pudesse dar início ao diagnóstico. Após isso foi feita a revisão das atividades sócio econômicas da
326 bacia e a obtenção dos estudos complementares existentes da bacia, para que por intermédio disso a
327 gente pudesse fazer a conclusão do diagnóstico propriamente dito. Essa reunião do diagnóstico
328 também foi apresentada, no mês de julho de 2011, só que antes disso foi elaborado um plano de
329 mobilização social que foi apresentado em Santo Augusto em maio de 2011, para que posteriormente
330 quando se terminasse o diagnóstico se pudesse ter uma metodologia para apresentação pra
331 população. Em continuidade se fez a consolidação do diagnóstico e no final de 2011 se apresentou
332 em Três Passos, primeiramente para plenária do comitê para avaliação anterior, pra depois levar isso
333 para a população. Pra conclusão da etapa A, se elaborou o relatório da etapa A e posteriormente pra
334 manifestações de vontade da população pra se construir então a etapa B, que seria o processo de
335 enquadramento. Após essa conclusão da etapa A se definiu a vazão de referência que junto a
336 plenária do comitê, em Tenente Portela, no dia vinte e nove de fevereiro de 2012, que se chegou a
337 vazão de referência Q90. Foi feita uma mobilização social, que seria a coleta da manifestação de
338 vontades de quais os usos da água definidos pela população, que com o auxílio do comitê pra fazer
339 toda essa mobilização social, materiais de apoio da empresa, quatro unidades de planejamento em
340 cinco locais: Santa Rosa, Campina das Missões, Três de Maio, Santo Augusto e Três Passos. De
341 doze de março a dezesseis de março de dois mil e doze foram feitas as audiências públicas pra
342 coleta de manifestação de vontades. Nessas audiências se apresentou o diagnóstico para que a
343 população tivesse subsídios e se coletou as vontades pra que se pudesse elaborar a proposta de
344 enquadramento, para que se chegasse ao enquadramento em si. Após isso foi consultadas as
345 vontades da população pra ver quais seriam os usos mais votados e com isso se chegou a quais
346 seriam as classes e fazer uma comparação com a qualidade da água que tem hoje nos cursos da
347 água enquadrados, qual é a qualidade que se quer e qual a qualidade que eu posso chegar, que
348 seria o enquadramento. Na continuidade, essa reunião foi no dia dezoito de abril de 2012 e foi



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS

349 aprovado um dos cenários que foi proposto, foi aprovado no comitê e após isto foram elaborados os
350 cenários de enquadramento em vinte de junho de 2012, em Horizontina, que foi apresentado isso,
351 anterior a finalização do relatório, contemplou essa reunião do dia vinte e quatro de maio em
352 Horizontina, no total foram três reuniões porque foi feita mais uma apresentação. Foi feito também um
353 relatório, que seria dia 05 de julho, e uma apresentação final desse relatório no mês sete, mas
354 anterior a isso foi feita uma apresentação final, quando foi apresentado um encarte e uma
355 apresentação no dia dezoito de julho pra plenária do comitê com encerramento do plano de bacia.
356 Vou apresentar alguns resultados pra vocês: a bacia apresenta basicamente as características de
357 algumas bacias aqui do Rio Grande do Sul, que são basicamente características agropecuárias. A
358 bacia tem um destaque para criação de suínos e produção leiteira, características do Rio Grande do
359 Sul e algum tempo atrás foi indicado no primeiro diagnóstico uma grande problemática justamente
360 com relação a isso e o que foi verificado agora nesse meio tempo a Fepam indicou nos estudos do
361 PNMA2, várias medidas que no decorrer foram implantadas e teve uma melhora. Isso o próprio
362 diagnóstico aponta, essa melhora, esse avanço. Aqui estão as unidades de planejamento e gestão
363 que foram divididas no decorrer do estudo e as sub-bacias. Aqui estão os cinquenta e dois municípios
364 da bacia e as unidades de planejamento e gestão para os estudos e diagnóstico. Então, pra que
365 usamos a água da bacia? O maior percentual é a irrigação e o segundo maior percentual seria a
366 criação e dessedentação animal, seguido do abastecimento público e apicultura. É uma bacia
367 basicamente com características agropecuárias. A geração de energia tem característica na bacia,
368 mas os empreendimentos são basicamente de pequeno porte e tem muitos empreendimentos em
369 fase de estudo e de licenciamento. A mineração também existe na bacia, só que não é uma
370 característica na bacia. Os licenciamentos que existem são basicamente licenciamentos para órgãos
371 públicos, extração mineral de seixos, pra utilizar mesmo nas vias de acesso. Tem um percentual que
372 seria de água mineral, mas devido ao pequeno quantitativo que tem de extração ele acaba sendo um
373 percentual um pouco maior. A pesca é pesca esportiva, basicamente no rio Uruguai e ele estaria fora
374 da bacia. Também existem atividades de lazer como balneários, campings, parques aquáticos nas
375 casas que existem umas plantas na bacia, por isso elas tem as características dos próprios cursos
376 d'água. Só que, no entanto o que se verificou também foi a falta de cadastro, tanto no banco de
377 dados da Fepam, quanto nos estudos, nos levantamentos que fizemos junto as prefeituras, junto aos
378 órgãos; essa falta de cadastro é um indicativo que colocamos no final, que seria essa a necessidade
379 do cadastro dos usuários da água. Depois fizemos um levantamento de quanta água teria disponível
380 e se verificou que de acordo com o uso da água é que se faça um uso maior da água da bacia. Aqui
381 vemos que o Buricá, Turvo, Comandá, Santa Rosa, Santo Cristo seriam os cursos d'água com maior
382 quantidade de água utilizada na bacia e podemos verificar os quantitativos. Fizemos um comparativo
383 desde a vazão média até a vazão de referência que seria a Q90. A vazão média utilizada seria de
384 cento e setenta e um mil litros por segundo, no rio Turvo, até uma quantidade menor, que seria de
385 quinhentos litros por segundo no caso no Lajeado Jacaré. Na vazão de referência seriam dois mil
386 seiscentos e cem litros por segundo no caso do Lajeado Jacaré. Depois fizemos o balanço hídrico
387 fazendo uns comparativos das demandas no maior mês de consumo, na vazão de referência, que
388 seria a questão da problemática, na vazão média e também demanda média, sempre na vazão de
389 referência, porque na resolução do Conama, nº 357, fala sempre na vazão de referência. Então a
390 gente faz os estudos da qualidade da água, na vazão agora, faz o levantamento e depois faz a
391 simulação pra vazão de referência. Com relação a qualidade da água, sempre se verificou de acordo
392 com a resolução do Conama nº 357 de 2005, que estabelece as classes de qualidade e o
393 atendimento dos usos preponderantes atuais e futuros. Aqui temos um quadro ilustrativo que coloca a
394 classe especial, a um, a dois, a três e a quatro, que vai colocando as classes de acordo com os usos
395 e aí a classe especial seria a classe de melhor qualidade a classe quatro seria a de pior qualidade.
396 Como foi feita essa metodologia? Foram utilizados os trinta e seis pontos de monitoramento da
397 Fepam, que existem dados desde 2002. O estudo foi iniciado em 2002, por intermédio do PNMA2, os
398 dados utilizados foram de junho de 2009 a março de 2011, porque nesse intervalo de dados foi onde
399 se teve justamente uma homogeneidade, onde os parâmetros dos mesmos o laboratório que analisou
400 foi o mesmo, então nesse intervalo de dados isso se comprovou; os parâmetros também foram os
401 mesmos utilizados e com isso na vazão de coleta a maior parte dos trechos foi classificado como
402 classe um. Quando se fez a simulação para classe, na vazão de referência, a maior parte dos trechos
403 foi classificada como classe dois e classe três. Essa atenção se deu justamente pelos parâmetros
404 fósforo e coliformes termo tolerantes, que aí se deu uma classe quatro, referente as esses
405 parâmetros. As principais fontes poluidoras seriam os lançamentos de efluentes domésticos e as
406 cargas difusas originárias da agropecuária. Aqui seria o mapa da qualidade da água na vazão de



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS

407 referência, os rios que foram classificados e as classes um, dois e três. Aqui temos uns trechos, a
408 maioria com classe três, teriam dois trechos em classe um, próximo ao município de Santa Rosa, no
409 rio Santo Cristo e no rio Santa Rosa, no rio Turvo esse trecho com classe dois, esse trecho no
410 Lajeado Grande com classe dois e esse trecho do Santa Rosa com classe dois e Santo Cristo esse
411 trecho classe dois. Essa seria a classificação da qualidade da água na vazão de referência. Com
412 relação ao enquadramento, após as consultas públicas foi elaborada a proposta de enquadramento e
413 os usos mais votados de acordo com as consultas públicas localizadas em Campinas das Missões,
414 Santo Augusto, Santa Rosa, Três de Maio e Três Passos foram: abastecimento público,
415 dessedentação de animais, irrigação de culturas arbóreas, cerealistas e forrageiras, irrigação de
416 hortaliças e frutas consumidas cruas, preservação do equilíbrio natural de ambientes aquáticos e
417 lançamento de efluentes tratados. De acordo com esses usos quantitativos se chegou a proposta de
418 enquadramento e com isso foi feita a votação no comitê. Levaram-se algumas propostas, o comitê
419 votou respeitando o que a população votou nas consultas públicas e se chegou nessa proposta de
420 enquadramento: classe dois na maioria dos trechos, conforme resolução do Conama, que não se
421 pode piorar a qualidade da água, se conservou próximo ao trecho de Santa Rosa classe um, no
422 trecho baixo do rio Santa Rosa classe um também, aqui no Parque Estadual do Turvo todos os
423 cursos d'água, de acordo com que se colocou na resolução, seriam classe especial e pra terra
424 indígena Inhacorá, aqui nessa altura do rio Inhacorá, os cursos d'água dentro da reserva seria classe
425 um. Também foi indicado na resolução, que nesses locais não existe nenhum ponto de
426 monitoramento e que sejam implantados esses pontos. Então isso que está se propondo na
427 resolução. Pra efetivação do enquadramento foram indicadas na nota técnica algumas questões que
428 são: manutenção e ampliação da rede de monitoramento de qualidade da água da Fepam, que está
429 temporariamente paralisada, colocamos que seja de suma importância que se faça a manutenção e
430 ampliação dessa rede de acordos com a avaliação, porque alguns desses pontos no decorrer desse
431 tempo se mantiveram estáveis e em alguns outros locais foi identificada a necessidade de
432 implantação de pontos. A criação de um cadastro de usuários da água, até porque no decorrer da
433 revisão do diagnóstico se sentiu a necessidade de que se tenha um cadastro dos usuários da água,
434 pra que o diagnóstico seja o mais sério possível. A questão da ampliação do licenciamento de
435 indústrias e atividades agropecuárias na bacia como um todo; a questão da implantação e ampliação
436 de um sistema de coleta e tratamento de esgotos, tanto sanitários, como resíduos sólidos, porque na
437 bacia foi verificado que a questão da qualidade da água que seria a pior classe justamente por causa
438 disso, do esgotamento tanto das atividades agropecuárias, quanto da questão do esgotamento
439 sanitário, a questão da utilização de boas práticas de manejo do solo, já que é uma bacia com
440 características agropecuárias e a questão da preservação e recuperação de matas ciliares e áreas de
441 nascentes, já que fizemos um estudo focado pra isso e verificou também que é necessário na bacia e
442 a questão da mobilização e comunicação social participativa, já que todo processo de planejamento
443 dos usos da água foi um processo participativo e democrático. **Presidente Helio Corbellini** colocou
444 em votação. Aprovado por unanimidade. Presidente Helio Corbellini tinha agenda com o Governador,
445 por isso teve que se ausentar e passou a condução e presidência da reunião para o Secretário
446 Adjunto Thiago Krebs. **Presidente Thiago Krebs** se apresentou e saudou a todos. **Item 05 –**
447 **Expediente Administrativo Nº 008317-0500/12-0 - Proposição dos Critérios do Uso da Água na**
448 **Bacia do Rio Ibicuí – Ivo Mello:** A nossa proposta veio depois da proposta do enquadramento que
449 foi aprovada há alguns meses atrás, porque se refere a alguns critérios de outorga já estabelecidos
450 por resoluções do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, do próprio CRH, mas fiquei sabendo na
451 semana passada no Seminário Internacional de Alimentação, Água e Irrigação, organizado pela
452 Secretária Estadual de Pecuária e Agronegócio que a bacia do Ibicuí é maior que o Estado de Israel e
453 inclusive com muito menos população. O nosso recurso hídrico é disperso na bacia e muitos usos
454 bastante alternativos de água na bacia então a gente sugeriu ao conselho aquelas vazões mínimas e
455 acumulações mínimas pra dispensar de outorga fosse a que tivesse um número mais elevado, pra
456 ficar mais fácil. Não veio junto naquela reunião que foi aprovado o enquadramento, porque como dizia
457 respeito a águas subterrâneas, então o CRH antes de encaminhar a plenária, enviou a CTAS e fez
458 um parecer que está de acordo com o parecer da CTAS, tendo uma flexibilização dos usos dentro
459 dos critérios, para que possa se enquadrar dentro da resolução. Isto que está sendo posto hoje em
460 votação. Sidnei, não gostei muito quando você falou que o Gravataí é o único comitê que trabalha
461 nas férias. **Sidnei Agra:** eu disse um dos poucos. **Diretor Marco Mendonça:** boa tarde a todos. Nós
462 recebemos a proposta de critérios de outorga do comitê Ibicuí, no plano de bacia, mas o decreto que
463 regulamenta a outorga, ele deve vir primeiro ao DRH para validação ou não da proposta, nós vamos
464 discutir o termo, mas ele não é objeto de votação do CRH, ele não é só de outorga, foram propostos



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS

465 critérios para vazão de referência, vazão ecológica, a questão de dispensa de outorga pra açudes pra
466 captação superficial e para poços. A partir do processo que foi inventariado durante o diagnóstico do
467 plano de bacia, houve manifestações da Câmara Técnica de Águas Subterrâneas, houve
468 manifestação da Fepam na questão da vazão ecológica, a vazão remanescente, isso foi aprovado, foi
469 acertado, inclusive porque a Fepam participou ativamente de todo o processo. Houve, na questão da
470 captação superficial, foi acatado os termos que hoje existem na resolução nº. 91 do CRH, mas houve
471 uma controvérsia entre os técnicos avaliando o processo, não havia subsídios suficientes para que a
472 gente pudesse aumentar, por exemplo, no caso das águas subterrâneas: foi apresentado um estudo
473 e a bacia do Ibicuí foi dividida em oito unidades de gestão e que havia duas delas na área central da
474 bacia e por uma condição natural de ser, no caso do aquífero Guarani, teria muita disponibilidade e
475 por haver muita disponibilidade poderia se dobrar o volume captado para poços. Isso que constou no
476 processo. Por outro lado, na questão da vazão, no balanço hídrico se identificou que das oito
477 unidades, em quatro delas o uso já estaria avançando o que seria a vazão não outorgável da bacia.
478 Então, nas duas unidades, mais na foz da bacia, poderia se suprir por captação direta da calha do
479 Uruguai e mais nas nascentes, em duas unidades mais acima onde haveria problema de
480 disponibilidade, onde atualmente a quantidade de usos que se faz dessa água disponível, ela não
481 tem esses trinta por cento que deveria manter. Então foram feitas propostas para, num prazo eles
482 poder se adequar, mas é complicado, porque a água subterrânea, ela não é apartada da água
483 superficial, faz parte do mesmo sistema. Os nossos técnicos apontavam é que havia dificuldade hoje
484 de simplesmente aprovar o aumento desse limite, pra quatro metros cúbicos por poço, por dia;
485 primeiro porque pelos dados que existem hoje, tantas normas técnicas, enfim, isso para uma
486 economia familiar seria uma quantidade muito grande e desnecessária e pro tipo de atividade
487 econômica da região, seria muito pouco, ninguém vai irrigar lavoura de arroz com um poço. O que se
488 propôs lá é que a gente pudesse aprofundar esses estudos pra identificar isso, mas que a gente
489 fizesse uma aprovação parcial dessas propostas do comitê, com relação a vazão de referência e a
490 vazão remanescente. Também a questão dos açudes, o pessoal também acha faltou subsídios pra
491 entender como poderia adequar isso, porque hoje temos pouca informação, no geral, por exemplo, a
492 estimativa do número de poços que se fez e aí não tem alternativa, então se a gente não tiver um
493 cadastro mais implementado, se faz uma estimativa mais ou menos assim: pra cada poço que eu
494 tenho registrado, eu devo ter uns dez que estão fora, porque não se tem hoje um parâmetro científico
495 que pudesse nos aproximar mais da realidade, pode ser que essa estimativa seja verdadeira, ou não.
496 Então fica difícil pra gente trabalhar essa questão da dispensa de outorga, sem ter um parâmetro de
497 porque a dispensa de outorga não é dispensa de cadastro e ela faz parte; é um instrumento de
498 controle da disponibilidade hídrica e se a gente simplesmente abrir mão por uma questão burocrática
499 e a gente entende, reconhece e estamos trabalhando nesse sentido, mas que hoje ainda o processo
500 de outorga é cartorial, é demorado, precisa ser modificado, vamos trabalhar para modificar isso e,
501 claro que causa problemas pontuais, como alguém que entre com um processo de outorga que podia
502 ser resolvido em trinta dias, mas pouquíssimos se enquadram nesse prazo de tempo. Mas a nossa
503 função é zelar pela paridade dos mananciais e por um princípio geral da precaução, nós achávamos
504 que não seria adequado estendermos essa dispensa de outorga pra esse volume. Por isso que
505 apresentamos isso aqui para os senhores, nós ainda vamos aprofundar dados, mas a idéia é que
506 essa questão do poço particularmente e do açude a gente pudesse ter mais elementos pra poder
507 tomar uma decisão mais acertada, por isso estamos fazendo essa ressalva. Tendo um parecer vamos
508 encaminhar ao comitê, com relação a isso, basicamente porque não nos sentimos seguros pra dar
509 informações disponíveis no momento, pra que a gente possa tomar uma decisão mais acertada.
510 **Renato Zenker**:... (inaudível) que trabalhava no Semat, especialista em poços artesianos, ele sempre
511 chamava atenção que o excesso de sucção de água provoca a contenção das paredes das águas
512 subterrâneas e essas paredes nunca mais retornariam ao normal. E quando falamos em águas
513 subterrâneas temos que lembrar que as recargas estão completamente destruídas, que são os
514 morros, que estão totalmente desmatados e infelizmente o Congresso hoje diz que isso é área
515 consolidada, mas nunca vai ser consolidada, porque são áreas de recargas, elas são necessárias e
516 fundamentais. E agora vi na revista Planeta que na China há afundamentos de cidades, até vinte a
517 trinta centímetros em função de excesso de água. Então lá hoje os rios estão num processo sanfona,
518 quando chove não tem recarga, dá enchente, não chove, seca e isso tem levado as investidas em
519 águas profundas, só que nós não temos pesquisas suficientes pra abrir poços por aí. **Diretor Marco**
520 **Mendonça**: durante os debates sobre o Código Florestal, a Agência Nacional de Águas fez uma nota
521 técnica, com suas posições sobre os debates e levantaram duas questões que eu achei muito
522 interessantes naquela discussão. Eles afirmaram que estabelecer um co-relação entre Área de



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS

523 Preservação Permanente só pela largura do curso d'água, ele não é o mais adequado, porque não
524 considerava nenhum tipo de solo que tem aí, nem o tipo de debilidade e que poderia precisar mais.
525 Também nos debates, no geral, ninguém falava em áreas de recargas. Se a gente for olhar
526 estatisticamente, aqui no Estado, o percentual de áreas que se enquadrariam, também é, mas não é
527 só essa área, depende de uma questão de geologia local, se teria outras áreas que está passando
528 batido. São áreas que deveriam ser preservadas pra garantir a recarga do sistema, mas não temos
529 informação sobre isso. **Ivo Mello:** só pra deixar clara a intenção do comitê, juntamente com a
530 assessoria técnica contratada pelo Estado, não tiramos esses números da nossa cabeça, tanto que
531 no estudo das águas segundo dizem os geólogos do plano, nós vamos a menos de dez por cento da
532 capacidade de recarga. Hoje o que se tem, tirando os dez por cento que temos cadastrado, têm dez
533 vezes mais poços que não estão cadastrados e que estão retirando água. Mesmo com esses dez por
534 cento nós não chegamos a dez por cento da capacidade de recarga, nós não estamos inventando
535 número nenhum, realmente é muito rico. Os dados do comitê são específicos e o Diretor não está
536 fechando, ele está dizendo que não tem ainda subsídios pra aprovar a vazão de referência, isso que
537 está em discussão agora, vamos aprovar ou não? Nós estaremos aprovando aquelas regiões das
538 cidades de Tupaciretã, Júlio de Castilhos e etc; nós estamos aprovando inclusive pra não se outorgar
539 mais usos de captação direta, porque eles têm problemas no balanço hídrico, isso foi constatado e
540 por isso estamos fazendo toda essa discussão. **Diretor Marco Mendonça:** a proposta é retirar
541 apenas a questão do aumento pra poço e pra açude, esses dois quesitos deixamos pra mais adiante
542 e o restante e gente aprova **Teresinha Guerra:** Essa proposta que está aí não é a que vai ser
543 aprovada? **Diretor Marco Mendonça:** Por lei é uma definição que o DRH faz. Estamos fazendo essa
544 discussão aqui no plenário, discutindo recursos hídricos, isso é uma proposta que um comitê nos
545 encaminhou, passou pela CTAS, nossos técnicos da outorga também se manifestaram, a proposta de
546 encaminhamento que estamos fazendo é deixando essas duas propostas que o comitê nos fez, que
547 precisaríamos mais tempo para aprovar com mais propriedade, o restante seria aprovado sem o
548 menor problema. Até esse sistema que pretendemos implantar vai nos dar subsídios para fazer
549 estudos por bacia, nos próximos meses teremos um sistema informatizado pra fazermos isso. **Ivo**
550 **Mello.....**(inaudível). **Diretor Marco Mendonça:** eles propuseram a vazão de referência Q90, mais um
551 percentual outorgável de setenta por cento e trinta por cento como vazão remanescente. **Sidnei**
552 **Agra:** a vazão de enquadramento foi aprovada junto com o enquadramento, essa é a vazão de
553 referência pra outorga, por isso fiz questão de separados os aspectos qualitativos dos quantitativos.
554 **Diretor Marco Mendonça:** o que se aprovaria seria a vazão de referência e a vazão outorgável
555 digamos assim, de setenta por cento. **Ivo Mello:** está tudo dentro da resolução do CRH, só ficaria
556 fora o que o Diretor deixou para uma próxima fase, depois que tiver mais subsídios e informações.
557 **Diretor Marco Mendonça:** trabalhar isso na bacia inteira ficaria complicado, por isso estamos
558 propondo que se aprove a vazão de referência, os setenta por cento outorgável e os trinta por cento
559 da vazão remanescente, assim tranquilamente e continua pedindo os critérios da Resolução nº. 91,
560 com relação à dispensa de outorga até que tenhamos mais subsídios que possamos trabalhar de
561 uma forma mais regionalizada. **Daniel Schmitz:** teoricamente então, na bacia do Ibicuí os recursos
562 hídricos no mínimo permanecerão com trinta por cento da sua vazão da Q90? **Diretor Marco**
563 **Mendonça:** os trinta por cento da Q90 não são outorgáveis. **Daniel Schmitz:** trinta por cento da
564 Q90? **Diretor Marco Mendonça:** isso. Eu estive vendo que em Minas Gerais é o contrário, eles
565 outorgam trinta por cento da Q 7,10 pra boa parte do Estado. Então isso tem muito a ver com a
566 questão da condição natural de disponibilidade dos usos que são feitos. Pela avaliação que a
567 empresa fez e os técnicos da Fepam, eles acharam que seria impossível e é obvio que daqueles dez
568 por cento do tempo tu vai ter problema. **Sidnei Agra:** essa é a restrição de mínima, ou seja, nos
569 episódios em que a vazão do rio for equivalente a Q90, e só acontece em dez por cento do tempo,
570 naqueles episódios pode se usar setenta por cento do que está lá. O critério atualmente usado pelo
571 DRH para o Gravataí, o Sinos e o Santa Maria é de outorgar noventa por cento da Q90, porque as
572 bacias onde o quadro atual de demandas superam em muito a disponibilidade. Adotar um critério
573 mais restritivo que esse significa não atender aos usuários que já estão instalados e na maioria das
574 vezes outorgados. **Diretor Marco Mendonça:** na medida do possível, que for aprofundando os
575 sistemas de monitoramento, poderemos até subdividir a bacia e ver as condições, mas a quantidade
576 que tem lá é, não tem como inventar água. **Sidnei Agra:** mas manter a remanescente em trinta por
577 cento da referência é uma prática bastante razoável no Brasil inteiro, exceto um exemplo que chega
578 ser caricato no Brasil inteiro, que o Marcos citou, Minas Gerais é piada. A referência é a Q 7/10, ou
579 seja, a pior semana a cada dez anos e ainda assim nesse cenário tão restritivo eles só outorgam
580 trinta por cento da vazão disponível, podendo chegar a cinquenta por cento dessa vazão nas bacias



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS

581 mais críticas. **Presidente Thiago Krebs:** Marco, encaminhamento então da proposição é de
582 aprovação parcial. **Diretor Marco Mendonça:** aprovação parcial da vazão de referência, os setenta
583 por cento outorgável e os trinta por cento da remanescente, a ideia é aprovar isso hoje. **Presidente**
584 **Thiago Krebs:** está esclarecido para o plenário ou existe alguma dúvida para sanar? Quem
585 concorda com a aprovação parcial apresentada pelo Diretor? Aprovado por unanimidade. **Daniel**
586 **Schmitz:** esses processos quando eles são total, eles vêm descritos num total pra dar condição de
587 fazer a leitura e tomar a decisão com segurança. Se eles são construídos e tem uma leitura parcial,
588 eles têm que vir de uma forma como essa leitura ficou, a gente mais ou menos sabe como foi, mas é
589 só uma questão de organização. Assim teríamos mais subsídios para uma tomada de decisão.
590 **Secretária Executiva Adjunta Carmem Silva:** eu trabalho há dez anos no Conselho e sempre era
591 enviada só ata para os conselheiros. A pedido do Secretário Helio Corbellini agora estamos enviando.
592 Nunca foram enviadas notas técnicas. Isso começou esse ano com o comitê Ibicuí. Eu acho isso
593 fantástico e foi o comitê que fez questão de encaminhar em separado. **Ivo Mello:** no Conselho
594 Nacional de Recursos Hídricos quando tem uma resolução dessas, que tem que ser desmembrada,
595 ela é redigida na hora, é decidida a maioria e depois vai para aprovação da assessoria
596 jurídica...(inaudível) é só uma questão de como fazer isso. Ficou claro o que é pra ser proposto e a
597 minha sugestão de encaminhamento é que como a secretaria executiva não tem a facilidade de fazer
598 isso agora, que ela encaminhe o que foi decidido e o que vai pra publicação agora para os membros,
599 na minuta. **Secretária Executiva Adjunta Carmem Silva:** não foi feita a resolução porque eu já sabia
600 que o departamento ia fazer essa apresentação. O Turvo e o Gravataí foram com resolução. Nós
601 poderíamos ter mandado publicar, mas resolvemos trazer ao conselho. **Item 06 – Expediente**
602 **Administrativo nº. 008296-0500/12-4 – Ofício SE nº. 135/2012 – Solicitação do Comitê Sinos**
603 **para formalização da nova Diretoria – Secretária Executiva Adjunta Carmem Silva:** nós já
604 fizemos isso anteriormente e o que eles querem é que saia uma resolução do Conselho dizendo que
605 eles são a diretoria do Comitê Sinos. **Arno Kaiser:** pode parecer exagero o que estamos querendo,
606 mas nós somos o comitê mais velho do Estado, por isso, a gente às vezes começa a enfrentar
607 primeiro situações que outros comitês não se dão conta de que pode vir acontecer com eles. A gente
608 já tem certos elementos percebendo nossa região de uma certa força política pra desestabilizar os
609 comitês de bacia, por conta de agentes que não conseguem impor as suas teses nas plenárias do
610 comitê. Esses agentes já fizeram alguns movimentos bem fortes na nossa região, nossa diretoria
611 atual é uma resposta a estes agentes. Alguns desses agentes tiveram resposta da população agora
612 nos processos eleitorais, mas as coisas estão se materializando com uma certa tendência e uma das
613 coisas que já foi nos questionado é isso, que esses atos da direção tem força política, tem validade?
614 Já foi feito esse questionamento e a gente acha importante poder ter esse documento pra dizer: isso
615 está registrado como um ato, nós somos um órgão do Governo do Estado do Rio Grande do Sul. É
616 um alerta, já colocamos isso hoje pela manhã na reunião do Fórum Gaúcho dos Comitês. A gente
617 tem sentido pressões e amanhã na reunião do comitê, estamos discutindo a questão da escassez da
618 água, vamos tentar um acordo e estamos enfrentando bastante dificuldade em compor esse acordo,
619 porque uma das companhias que opera na nossa região está mais ou menos alinhada com esse
620 movimento, que é um movimento político que também tem ramificações na Assembléia Legislativa.
621 Isso é uma coisa que a gente tem que se dar conta e eu sempre acho assim: até um mil novecentos e
622 noventa e poucos nós vivemos um processo no Brasil de fortalecimento da visão ambiental, da
623 proteção da natureza e tal. A partir da Eco 92 as forças que foram comprimidas politicamente por
624 esse movimento social começar a trabalhar no sentido de desmontar esses avanços. Essa resolução
625 pode parecer tolice, mas a gente acha importante que essas coisas estejam devidamente
626 sustentadas e até para que os outros presidentes possam se atentar, pra isso não ecoar em outros
627 territórios no Estado. **Paulo Samuel:** acho importante isso que vocês trazem e gostaria de propor que
628 isso fosse uma prática adotada daqui pra frente, que todos os comitês tivesse essa regularização e
629 homologação via Diário Oficial. O que se está propondo é que passasse por esse conselho,
630 resgatasse principalmente agora que os comitês mudando as diretorias. Então se pediria aos comitês
631 para que passassem as novas diretorias para fazer esse encaminhamento. **Presidente Thiago**
632 **Krebs:** não vejo nenhum empecilho, talvez o que devesse ter era alguma resolução, que diga que
633 sempre após a posse tenha um documento validando. Quem concorda com o documento
634 homologatório da diretoria do comitê Sinos, por favor. Aprovado por unanimidade. **Processo nº.**
635 **006532-0500/09-2: Secretária Executiva Adjunta Carmem Silva:** esse é o processo que pedimos
636 para incluir que é sobre a Bacia do Apuaê-Inhandava. **Tiago Loch:** na última reunião do conselho foi
637 apresentado um estudo que foi feito na Bacia do Tigre e Campo, pertencentes a bacia hidrográfica do
638 Apuaê-Inhandava. O estudo foi feito entre 2008 e 2009 e foi o estudo piloto de enquadramento da



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS

639 bacia urbana da cidade de Erechim. Foi então apresentado e aprovada na reunião do conselho para
640 fazer a resolução de enquadramento. A resolução nº 357 coloca que pra fazer enquadramento são
641 necessárias metas intermediárias e vazão de referência e isso não foi levantado nesse estudo. Então
642 fizemos a proposta de aprovar em caráter temporário esse enquadramento, já que ele passou por
643 todos os processos de diagnóstico, não teve o controle de qualidade e o estudo foi feito com dados
644 secundários e modelagens cargas potenciais. Foi feita mobilização social, a população se manifestou
645 dos usos futuros, tudo isso foi feito, está validado e aprovado. Só que para fazer a resolução de fato
646 precisa da vazão de referência e das disponibilidades. Então a proposta foi, aprovar em caráter
647 temporário enquanto não é feito o plano completo da bacia, e assim que for completo se faria a
648 substituição dessa resolução contemplando a bacia toda, validando esse momento com a
649 incorporação da vazão de referência, objeto imediato do plano. **Sidnei Agra:** é a terceira vez que eu
650 ouço, não é em relação ao que o Tiago está colocando, é bastante prudente fazer isso, já que o
651 trabalho é anterior a essa prática mais recente de incutir a vazão de referência e metas
652 intermediárias, que começou pra valer nessa última meta de trabalho. O que eu estou ficando um
653 pouco preocupado, e merecia um maior aprofundamento via assessoria jurídica da Sema, é que lá,
654 aquela notinha que abre a resolução, não sei como se chama pelos advogados, apareceu no
655 encaminhamento do Secretário Corbellini, quando se discutia o Gravataí, se aprovar o plano. No Rio
656 Grande do Sul quem aprova plano de bacia é comitê de bacia, não o CRH. A resolução nº 357 obriga
657 que a proposta de enquadramento passe pelo CRH, mas a palavra final do plano me parece que é da
658 plenária do comitê. O Conselho Nacional aprova os planos de Bacia da União, mas aqui no Rio
659 Grande do Sul, quem aprova é o comitê. Recomendo que a assessoria jurídica da Sema faça uma
660 análise mais cuidadosa disso, pra gente ter certeza do que o conselho está aprovando, se é
661 simplesmente o enquadramento com suas metas intermediárias e vazão de referência ou de carona o
662 conselho precisa se manifestar quanto ao plano também. **Ana Mastrascusa:** na verdade é o plano de
663 ações que vem atrelado a esse enquadramento, porque o enquadramento foi uma meta final. **Sidnei**
664 **Agra:** não foi nesse caso específico, quando se discutiu o Gravataí, estava ali na minuta de
665 resolução: enquadramento das metas intermediárias, mas quando foi para aprovação, o Secretário
666 colocou: quem aprova o plano da bacia do Gravataí. Esse é o tipo de elemento que me deixa
667 preocupado por que está tudo sendo aprovado por unanimidade, quero ver no dia que um conselheiro
668 levantar e questionar a aprovação que já foi dada na plenária do comitê. **Ana Mastrascusa:** não,
669 nesse caso não estamos aprovando o plano de bacia. **Tiago Loch:** até no item quatro, como foi
670 votado na última reunião do conselho, ele está como ratificação da decisão do comitê relativo ao
671 plano de ações, porque a decisão do plano de ações é feita com o plano do comitê; como foi
672 colocado e foi aprovado pela plenária, tem que ter a ratificação. Então ao invés de colocarmos *como*
673 *aprova*, colocamos *ratifica a decisão da plenária, aprovando o plano de ações*. **Presidente Thiago**
674 **Krebs:** Sidnei, tua preocupação é mais genérica do que específica do que a resolução ora em
675 discussão. Acho que uma prática que poderia ser adotada aqui neste conselho é que todos os atos
676 normativos que venham a ser aprovados nesse plenário tivessem uma avaliação da Câmara Técnica
677 de Assuntos Jurídicos, porque como é um instrumento legal e jurídico, tanto a resolução, como a
678 moção, os atos praticados por esse plenário, acho que seria uma maneira de precaução, que quando
679 fossem encaminhadas as resoluções tivessem uma prévia avaliação da Câmara Técnica Jurídica
680 deste conselho. O conselho tem uma representação maior do ponto de vista da representação
681 jurídica. Eu exerço a função de Presidente da Câmara Técnica Jurídica e a algum tempo não somos
682 demandados e não fazemos reuniões por falta de pauta. **Ivo Mello:** só pra informar, no Conselho
683 Nacional de Recursos Hídricos não vai nenhuma resolução, nenhum assunto ou ponto de pauta sem
684 passar pela Câmara Técnica Institucional Legal. Todos assuntos passam por ela, é a Câmara que
685 mais trabalha, chegando a ter três dias de reuniões antes da reunião do Conselho Nacional, pra
686 chegar a dar uma análise prévia. Isso pode causar mais trâmites, mais morosidade, mas acho que é
687 uma prática interessante. **Daniel Schmitz:** Se houver algum instrumento que por ventura tenha uma
688 questão de prazo, de urgência e há uma leitura que não há comprometimento jurídico quanto a ele,
689 que venha a plenária do conselho e se diga que esse elemento não passou por avaliação jurídica por
690 ter uma leitura clara, simples e direta, pra tomada de decisão, não se quer trancar tomada de decisão,
691 só para não retardar processo. Que fique bem claro isso. **Presidente Thiago Krebs:** que concorda
692 que a ratificação do enquadramento seja encaminhado a Câmara Técnica Jurídica. Aprovada por
693 unanimidade. **Ivo Mello:** poderia ser votado o mérito e depois seria só a análise dele. **Presidente**
694 **Thiago Krebs:** normalmente o jurídico não deve se atrelar ao mérito, entretanto algumas vezes há
695 um atravessamento de questões legais que influenciam diretamente o mérito. Por ventura alguma
696 modificação do jurídico que não voltasse pra essa Câmara, poderia ter modificações do mérito não



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS

697 aprovadas por esse conselho. A retirada de algum artigo de uma resolução, tira o mérito da resolução
698 e por isso acho que tem que voltar pra esse conselho, sim. O encaminhamento que devemos fazer é
699 que todo documento formal encaminhado a esse plenário, deva passar pelo jurídico, havendo
700 avaliação da secretaria executiva atos de emergencialidade. Vamos colocar essa proposta também
701 em votação, observadas as necessidades de emergência. **Paulo Samuel:** acho essa questão de
702 encaminhamento pelo jurídico tem que ter um prazo, senão ela atrela todo processo. **Presidente**
703 **Thiago Krebs:** Seriam os prazos anexados nas próprias lógicas das Câmaras Técnicas. O que pode
704 haver é um processo do próprio trâmite, essa discussão também temos que fazer. Quando chega a
705 Câmara Jurídica, nós recebemos, encaminhamos para o relator pra que seja aprovado na próxima
706 reunião. Entretanto não temos como evitar, depois de algum relatório, o pedido de vistas de algum
707 membro da Câmara Técnica. Normalmente ela demoraria duas reuniões, podendo ser até três. É um
708 trâmite legal que ao meu ver garante a lisura do processo. **Sidnei Agra:** podemos usar o exemplo do
709 Conselho Nacional, o prazo vai estar dado pela secretaria executiva, de colocar na pauta ou não. Se
710 aquela matéria que está sob análise da Câmara Técnica entrar na pauta da reunião, a Câmara
711 Técnica vai ter que fazer reuniões extraordinárias pra vencer a pauta. **Presidente Thiago Krebs:** em
712 casos de emergencialidade obviamente tem a previsibilidade de encaminhar a uma extraordinária,
713 bem como o encaminhamento imediato dos conselheiros. **Secretária Executiva Adjunta Carmem**
714 **Silva:** temos um problema sério, presidente do Fórum, a questão do quórum das Câmaras Técnicas.
715 As Câmara Técnicas são formadas por comitês, os comitês indicam só que as pessoas não
716 comparecem. **Daniel Schmitz:** estamos fazendo um esforço quanto a isso. **Secretária Executiva**
717 **Adjunta Carmem Silva:** tem que ser um esforço conjunto. **Presidente Thiago Krebs:** Essa lógica de
718 trazer mais segurança, ela traz mais burocracia, mais entraves. **Tânia Zoppas:** eu acho que não é só
719 a questão de passar pela Câmara Jurídica, mas ver as funções, se o comitê aprovou o plano, qual é o
720 papel do conselho aqui? Aprovar... (inaudível) são coisas diferentes que estamos falando, não é
721 passar pela Câmara legal e teve até a palavra aprovação de plano de bacia aqui. **Sidnei Agra:** o
722 enquadramento tem que ser aprovado pelo conselho, agora o plano de bacia é atribuição do comitê.
723 **Presidente Thiago Krebs:** Essa contribuição está correta, apesar de isso não ser debate deste ponto
724 de pauta. Quem concorda com que os instrumento legais que venham a avaliação desse plenário
725 tenham que necessariamente passar pela Câmara Técnica Jurídica cabendo excepcionalidades das
726 diferencialidades. Aprovado por unanimidade. **Secretária Executiva Adjunta Carmem Silva:** eu
727 gostaria de dizer que as Câmaras Técnicas sempre tiveram espaço aqui, só que como elas pararam
728 de se reunir, não colocamos mais em assunto gerais. **Daniel Schmitz:** eu gostaria de repassar ao
729 Secretário Thiago um convite do comitê Taquari-Antas e aos demais membros do conselho. Estamos,
730 depois de dois anos de construção reeditando um livro que foi escrito em 1970, sobre a história da
731 bacia hidrográfica Taquari-Antas. Estamos concluindo esse livro agora com a reedição do autor
732 original e mais uma escritora que está com ele, o livro tem quatrocentos e cinquenta páginas,
733 coloridas, construído com recursos do Fundo de Recursos Hídricos, do repasse feito ao comitê
734 Taquari-Antas e mais alguns apoiadores que viabilizaram esse projeto, com quatro mil exemplares e
735 de distribuição gratuita. O lançamento será dia treze de novembro na Univates, Lajeado, às 19h, no
736 qual estendemos o convite a todos os membros do conselho e demais parceiros e integrantes do
737 sistema, para que possam conhecer essa obra feita com recurso público e participação privada.
738 Gostaríamos que se possível tivesse a confirmação para que possamos nos organizar melhor no dia.
739 **Ivo Mello:** nós recebemos a confirmação que o Presidente da Ana virá a Uruguiana no dia quatorze
740 de novembro. O convite foi feito pelas associações de arroseiros de Uruguiana, Alegrete, Itaqui e os
741 respectivos sindicatos rurais, para mostrar as maiores malhas de água do Brasil praticamente, se for
742 considerado, pela quantidade de água que se usa e a menor quantidade de água de irrigação do
743 Brasil inteiro, a região dos pampas contempla tudo isso. Então vamos fazer uma recepção para o
744 Presidente da ANA com esse objetivo: mostrar esse uso preponderante nas nossas bacias
745 hidrográficas. No dia quatorze pela manhã vamos organizar um encontro com os comitês, às
746 lideranças das comunidades também vão ser convidadas e estaremos discutindo e apresentando
747 resumidamente o que tem acontecido na nossa região, juntamente com os comitê de bacia e
748 principalmente com relação a evolução dos trabalhos, as negociações que a gente tem feito, junto
749 com o nosso DRH e o Departamento de Recursos Hídricos de Santa Catarina pra formação do
750 Comitê de Integração da Calha do Rio Uruguai. **Secretária Executiva Adjunta Carmem Silva:** Ivo,
751 você como Vice-Presidente da Câmara Técnica do Uruguai não quer nos passar mais informações
752 sobre essa reunião do Uruguai. **Ivo Mello:** já tivemos três reuniões oficiais da Câmara Técnica do
753 Uruguai visando à mobilização para formação do comitê do Uruguai. Na última reunião em São Borja,
754 convocada pelos nossos colegas do comitê Butuí-Icamaquã, decidimos que vamos formar um grupo



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS

755 de trabalho, conforme orientação da ANA pra fazer o encaminhamento da documentação que vai a
756 Câmara Técnica Institucional e Legal do CNRH, que vai formatar e encaminhar para a plenária do
757 CNRH, que vai instalar a diretoria provisória para o futuro comitê de Integração da Bacia do Rio
758 Uruguai. Isso vai levar ainda no mínimo uns dezoito meses pra chegar a plenária do Conselho
759 Nacional, mas estamos trabalhando com a parceria de todos os comitês, mas infelizmente nem todos
760 tem muita perna pra participar, mas temos mantido todos bem informados e mais a parceria do nosso
761 DRH, o Rafael que esteve presente em todas as reuniões e estamos arregaçando as mangas pra
762 poder dar passos para que isso se concretize. **Paulo Samuel:** esses atos que aconteceram aqui hoje
763 como aprovações de enquadramento são atos históricos que aconteceram aqui. Achamos que isso
764 merece na página da Sema, através da sua assessoria de comunicação, um destaque especial,
765 porque são atos que buscamos no sistema a muito tempo. É um passo importante que demos aqui e
766 achamos que merece também destaque em outros meios de comunicação do Estado, para que isso
767 seja socializado para a sociedade. **Presidente Thiago Krebs:** achamos isso muito importante e a
768 Secretaria Executiva vai se encarregar da informação desses atos à assessoria de comunicação e
769 aos outros meios de comunicação pertinentes. **Presidente Krebs:** agradeceu a todos e encerrou a
770 reunião e eu, Carmem Lucia Silveira da Silva, Secretária-Executiva Adjunta do CRH/RS lavro esta
771 ata.